

EPE 2010

E vamos à luta!

Essa foi a decisão das trabalhadoras e trabalhadores da EPE em Assembleia realizada no último dia 20 no auditório da FNU, numa reação à falta de vontade política dos administradores em atenderem às reivindicações da categoria.

Ficou ainda decidido que:

1) Será realizado ato na próxima quarta-feira, dia 27 de outubro, a partir das 13 horas, à porta da empresa na Avenida Rio Branco, 1;

2) Que é preciso cobrar o cumprimento do ACT vigente no que diz respeito à política de meritocracia;

3) Propor a reabertura das negociações para estabelecimento de novos patamares negociais com base no que ocorre no Setor Elétrico; e

4) Buscar infor-

mações quanto a movimentações com pessoas recém-aprovadas em concurso no período eleitoral tendo em vista impeditivos legais (contradizendo suas próprias argumentações) em detrimento da promoção de pessoas do quadro próprio com qualificações para tais cargos.

A Assembleia é mais uma demonstração da capacidade de mobilização da categoria e a direção do Sintergia espera que a direção da EPE tenha sensibilidade para aceitar o diálogo e buscar uma solução negociada em torno da Campanha Salarial.

A direção do Sintergia parabeniza trabalhadoras e trabalhadores da EPE por seguidas demonstrações de consciência coletiva e reafirma seu enten-

dimento de que nossa unidade e capacidade de mobilização podem fazer a diferença.

Mais que nunca é preciso estar atento as convocações dos Sindicatos porque esta é a nossa forma democrática de demonstrar o que queremos.

A expectativa agora é que a empresa retome as negociações tendo por base o que ocorre no Setor Elétrico e dê a trabalhadoras e trabalhadores do seu quadro funcional a tranquilidade necessária para desempenharem suas funções.

Na realidade, o que falta para fechar o ACT pode ser decidido com vontade política dos administradores da EPE.

A palavra, mais uma vez, está com a empresa.

*A luta pelo Trabalho Decente como parte da história CUTista

No final da década de 1990, a OIT-Organização Internacional do Trabalho, preocupada com os processos de globalização da economia que trazem a flexibilização de direitos e precarização do trabalho, apresenta como contraponto o debate sobre globalização justa. Esta proposta tem como foco o combate a pobreza e a miséria em que populações inteiras foram submetidas - desemprego, emprego degradante, informalidade e falta de proteção social, fatores potencializados pelos processos de globalização.

Para combater a desregulação das relações de trabalho é necessário que os países invistam em políticas públicas que garantam proteção social aos setores mais vulneráveis da sociedade e o direito ao emprego, tendo o trabalho decente como eixo central. Sua efetivação tem como base quatro pilares que o norteiam: 1) o respeito às normas da OIT, em especial as que tratam dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, a exemplo da convenção nº 87 sobre liberdade de organização e direito a sindicalização 2) direito ao emprego de boa qualidade; 3) proteção social; 4) diálogo social, a exemplo da negociação coletiva no setor privado – convenção nº 98; setor público – convenção nº 151, garantia da responsabilidade compartilhada - convenção nº 156 e fim da demissão imotivada - convenção nº 158.

O caminho para atingirmos este objetivo é longo e muitas vezes difícil. Para que avanços aconteçam é necessário a definição e implementação de políticas que tenham como base o respeito à representação dos trabalhadores, a garantia da negociação coletiva e a plena liberdade de organização, inclusive nos locais de trabalho. É urgente a criação de instrumentos que inibam e punam as práticas antissindicais, muito utilizadas por empregadores e governos contra as mobilizações sindicais. Por isso, a recente criação pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Conselho de Relações de Trabalho (CRT), proposta muito debatida no Fórum Nacional do Trabalho, pode ser um importante instrumento na negociação dos conflitos entre capital e trabalho, mas para isso é necessário definir claramente o seu papel e funcionamento.

Vale salientar a importância do papel do Estado na regulação das relações de trabalho para garantir parâmetros de direitos mínimos para o conjunto da classe trabalhadora. Algumas questões devem ter um marco regulatório geral definido em Lei, caso da jornada de trabalho, da demissão imotivada, da contratação e negociação coletiva, do salário mínimo, da licença maternidade/paternidade e das condições gerais de trabalho, cabendo às negociações o importante papel de ampliar esses direitos. A luta pelo direito ao trabalho digno com emprego de qua-

lidade no Brasil, não é uma luta recente e passa, necessariamente pela democratização das relações de trabalho com o fortalecimento do papel do Estado, das instituições e organizações sindicais fortes e participativas. Nesta direção importante passo foi dado pelo Governo Lula ao assinar compromisso junto a OIT pela implementação da Agenda Hemisférica de Trabalho Decente e a construção tripartite de uma Agenda Nacional (ANTD), lançada em maio deste ano e que deve ter prosseguimento nos Estados a partir do próximo ano de 2011. Todas as dimensões do trabalho decente compõem a agenda cotidiana da CUT e fazem parte de seus princípios fundantes.

No contexto da crise internacional, trabalhadores e trabalhadoras organizadas por todo o planeta tem se mobilizado para garantir a manutenção de direitos e empregos que vem sendo solapados no último período, em especial na Europa, onde as greves e mobilizações tomaram corpo nestes últimos dias.

A Confederação Sindical Internacional (CSI) e Confederação Sindical das Américas (CSA), a qual a CUT é filiada, tem desenvolvido ações no mundo todo para que os trabalhadores não paguem pela crise. Como parte destas ações a CSI realiza pelo terceiro ano consecutivo no dia 07 de outubro a III Jornada Mundial pelo Trabalho Decente. Importante momento de luta, integração e solidariedade entre trabalhadores de diferentes nações na promoção do trabalho decente.

A III Jornada Mundial pelo Trabalho Decente traz como eixo, três exigências apontadas por trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo:

1. Garantia de crescimento com geração de postos de trabalho decentes, que são essenciais para superar a crise e por fim à pobreza.
2. Proporcionar serviços públicos de qualidade que são fundamentais para levar uma vida decente e não devem ser reduzidos em função de “ajustes fiscais”.
3. Exigir que o setor financeiro pague pelo dano que tem causado aos trabalhadores(as), colocando-se a serviço da economia real e responda às necessidades humanas.

A CUT participa da III Jornada Mundial deste dia 07 de outubro em conjunto com as demais centrais e convida a todos e todas a fazerem parte desta luta. A jornada será realizada na cidade de São Paulo e em diversas capitais do País.

A garantia de trabalho digno com emprego de qualidade e políticas públicas que garantam a inclusão social faz parte da história da CUT por uma sociedade justa, democrática, com promoção da cidadania plena e estão contidas na Plataforma da CUT para as Eleições 2010 elementos norteadores da nossa ação pelo trabalho decente.